



Intervenção de Arménio Carlos

Secretário-Geral

Camaradas, amigas e amigos,

O Tribunal Constitucional acaba de anunciar a inconstitucionalidade da Lei de convergência das pensões. Sendo uma vitória de todos os pensionistas da CGA é, simultaneamente, uma vitória de todos os portugueses (as) que têm combatido, incessantemente, uma política que afronta o povo e choca frontalmente com a Constituição da República Portuguesa (CRP). Esta decisão não pode ser dissociada da luta que temos travado e confirma, ainda, que estamos perante um Governo “fora da lei” que tem de ser demitido quanto antes.

Assim, saudamos todas e todos, trabalhadores, jovens, reformados e pensionistas que lutam pelo fim desta política, exigem a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, condições essenciais para travar a destruição económica e o retrocesso social que a direita está a impor ao país e ao povo.

Saudamos os trabalhadores e as populações, de todos os distritos do país, que têm participado nesta semana de luta que teve um forte impacto, designadamente com a luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, do Metropolitano de Lisboa, da EMEF, da CP, CP-Carga, da Refer, da Rodoviária do Tejo, da Barraqueiro/Ribatejana, da Transtejo, da STEF, dos CTT, da INCM, dos Call Centers da EDP, da Securite, da Prossegur, da Moviflor e da CAMAC.

Saudamos ainda os professores, enfermeiros, trabalhadores das autarquias e outros sectores da administração pública em geral, assim como os trabalhadores de empresas do sector empresarial do Estado e do sector privado, que não se rendem às falsas inevitabilidades e não caem no engodo das teses dominantes.

Estamos aqui hoje, no preciso momento em que o Governo afirma ver sinais positivos, sendo que alguns arriscam mesmo em falar de melhorias e até declaram que o país está a inverter o ciclo. Contudo, o que vemos não é a inversão, mas a continuação do ciclo, com:

- Os grandes accionistas do BES, do BPI e dos Mello a verem, com o OE 2014, aumentar em 100% o pagamento pelas ruinosas PPP, enquanto os salários e remunerações dos trabalhadores são cortados;
- Os grandes accionistas do Santander e do BCP, com os milhões que lhes serão pagos a troca dos vergonhosos contratos SWAP, enquanto que os trabalhadores da administração central, local e das empresas públicas, se deparam com mais desemprego;
- Os grandes accionistas da PT, da EDP, da GALP e do sector financeiro que vão pagar menos de IRC, enquanto os trabalhadores e os reformados continuam a ser esmagados com o IRS e as Micro e Pequenas empresas vêem os seus problemas agravados, com a redução da procura e consumo interno e o aumento da electricidade, dos juros e das matérias-primas;
- Com os milionários que não param de crescer em número e riqueza, enquanto os pensionistas e desempregados, são espoliados de prestações sociais, das pensões de reforma e de sobrevivência e do subsídio de desemprego e de doença;
- Com agiotas do FMI, BCE, CE e dos grandes bancos, que se alimentam dos milhares de milhões de euros dos juros da dívida, ao mesmo tempo em que se sucedem cortes na educação, na saúde, na segurança social, na justiça e na cultura.

Ao contrário do que nos querem fazer crer, não haverá fim de ciclo, enquanto não forem travadas e invertidas as políticas do famigerado acordo para o crescimento, competitividade e emprego, que só trouxe recessão, falências e desemprego.

Não haverá fim de ciclo, enquanto o ataque às funções sociais do Estado, a redução dos salários e a facilitação dos despedimentos forem os principais objectivos da política do Governo. Nem por esta via nem com o aprofundamento da destruição da Administração Pública, com as privatizações e a negação da contratação colectiva que se vão resolver os problemas do país!

Bem podem, como fez recentemente Paulo Portas, inaugurar um relógio em contagem decrescente para a saída da troica e assim tentar iludir o povo, porque os senhores da troica já o afirmaram, eles estão para ficar, depois de Junho, com 2º resgate ou programa cautelar, o relógio que começou a contar em 2011 com a assinatura do Memorando, marca 946 dias, e inaugurou uma nova fase de colonização política, periferização económica e de desastre social que cresce todos os dias e não vai parar enquanto esta política e este Governo perdurarem.

Para PSD e CDS esta política é inevitável e tem de ser implementada custo o que custar a quem custar! Para nós inevitável é acabar com esta política e este Governo que estão a levar a fome a cada vez mais lares e a afectar, particularmente, as crianças;

É inevitável travar a precariedade e a emigração forçada dos jovens;

É inevitável combater o desemprego, e alargar a todos quantos necessitem, as prestações sociais face a esta situação;

É inevitável acabar com o drama dos pensionistas e reformados que não têm condições para aceder aos medicamentos nem dinheiro para aquecer as suas casas;

É inevitável repor o abono de família, indevidamente retirado a mais de 700 mil crianças;

O Estado de degradação económica e social a que o país chegou, coloca como um imperativo nacional a confluência de forças e vontades para travar uma política que privilegia uns poucos à custa da exploração da esmagadora maioria do povo.

É tempo de colocar os interesses dos que vivem e trabalham em Portugal acima dos que se alimentam da nossa economia, absorvem a nossa riqueza e promovem o saque ao nosso aparelho produtivo.

É tempo de dizer basta ao atentado aos direitos Humanos e às políticas que estão em constante choque com a CRP, para satisfazer os interesses dos “mercados” e da troica.

É tempo de por travão ao que o Governo apelida de “ajustamento”, que não passa de um ajuste de contas com a CRP. É tempo de ajustar contas com eles! É tempo de se demitirem!

Um orçamento que destrói a economia, dizima o emprego, promove o desemprego, que esmaga as famílias e gera a miséria, tem de ser vetado!

Um Orçamento que está fora da lei, pelo terceiro ano consecutivo, só pode ser vetado!

Em nome do interesse nacional, o Presidente da República tem de vetar o Orçamento.

Camaradas, amigas e amigos

No primeiro semestre de 2014 vamos comemorar os 40 anos do 25 de Abril e do 1º Maio em liberdade. Fazemo-lo sem nostalgia ou saudosismos, para projectar no presente as portas que Abril abriu e Maio consolidou de forma indelével, garantes de um futuro de desenvolvimento económico e progresso social.

Comemorar os 40 anos do 25 de Abril e do 1º de Maio, lutando pela efectivação e aprofundamento dos direitos e conquistas atingidos é fundamental para travar o drama dos que procuram emprego e não o encontram, dos que querem trabalhar e ser felizes no nosso país e são obrigados a emigrar, dos que tendo trabalho, vivem na incerteza de o manter e dos que tendo trabalhado toda uma vida, vêm agora ser-lhes imposto uma brutal redução de rendimentos.

Comemorar Abril e Maio, convoca a uma ainda maior mobilização e participação cívica de todos os que estão a ser fustigados por esta política, para fazer do ano de 2014, o ano da política alternativa que liberte

o país de uma dívida insustentável, dos ditames dos programas cautelares e de todas e cada uma das medidas contidas no memorando.

Uma política que rompa com os planos dos tiranos para muitos anos. Uma política que combata as injustiças, o desemprego, o empobrecimento e a exploração.

Há alternativa, temos soluções!

O futuro do país passa pelo combate às desigualdades e pela implementação de um modelo de desenvolvimento assente no incremento da produção que incorpore alto valor acrescentado, no incremento do acesso à educação, à saúde e à segurança social e na valorização de serviços públicos de qualidade!

O Movimento Geral pelo aumento dos Salários e do SMN assume, neste contexto um papel central.

Aumento dos salários e do SMN para combater a pobreza dos que trabalham e se deparam com a insuficiência de rendimentos para fazer face às mais básicas necessidades;

Aumento dos salários e do SMN para dinamizar a economia elevando o poder de compra e o consumo privado, permitindo às PME's escoar a sua produção e produzir mais e criar mais e melhor emprego;

Aumento dos salários e do SMN para fixar a força de trabalho qualificada, indispensável ao modelo de desenvolvimento que preconizamos;

A actual situação exige ainda uma política fiscal que acabe com as isenções ao grande capital de todas e quaisquer contribuições, mantendo intocáveis as transacções financeiras, os dividendos e os lucros obscenos, perpetuando a fraude e evasão fiscal, ao mesmo tempo que sobrecarrega o povo com o confisco em sede de IRS e um IVA que incide de forma igual sobre a electricidade e os bens de luxo!

Por isso propomos uma verdadeira reforma fiscal, que apresentámos de forma quantificada, demonstrando que é possível aliviar a carga fiscal em sede de IRS e IVA, se o Governo tiver coragem para taxar o grande capital, resultando daqui mais de 6 mil milhões de euros para investir na dinamização da produção nacional travando os processos de privatização e nas funções sociais do Estado.

Numa época em que invoca a justiça e a solidariedade, afirmamos que só é possível um país solidário, justo e desenvolvido com uma política de esquerda e soberana e por isso:

Rejeitamos o OE que aprofunda a tentativa de subversão do papel o Estado, no sentido de configurar um “Estado” mínimo” para os trabalhadores e o povo em geral e, por outro lado, colocar um “Estado “máximo” ao serviço do grande capital económico e financeiro;

Exigimos que o Presidente da Republica vete politicamente o Orçamento de Estado para 2014, **demita** o Governo PSD/CDS-PP e **convoque novas eleições**, uma vez que o governo já não legitimidade para se manter em funções, está isolado e sem apoio social e prossegue uma política de grande violência social, de subversão da Constituição da República e alienação da Independência e Soberania Nacional;

Anunciamos a convocação de uma reunião do Conselho nacional da CGTP-IN para o dia 7 de Janeiro, que terá como objectivo analisar a actual situação política, económica e social e decidir as formas de luta a adoptar no início do próximo ano.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

VIVA A CGTP-IN!

Lisboa, 19 de Dezembro de 2013